**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR: CAMINHOS E DESAFIOS PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.**

Ana Gabriela de Oliveira Silva-

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/CAMEAM de Pau dos Ferros, RN. e-mail: [gabisilva.go22@gmail.com](mailto:gabisilva.go22@gmail.com)

Dulcileide Azevedo de Araújo -

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/CAMEAM de Pau dos Ferros, RN. e-mail dulcileide@hotmail.com:

Waneska Larissa Lima de Oliveira-

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/CAMEAM de Pau dos Ferros, RN. e-mail: [waneska03@gmail.com](mailto:waneska03@gmail.com)

Nayanne Costa Rocha

Professora do departamento de Educação da UERN/CAMEAM. e-mail: nayannecostarocha@gmail.com

**RESUMO**

Esse estudo é resultado do trabalho final do componente Curricular Estrutura e Funcionamento da Educação, os caminhos e desafios para uma gestão democrática na organização e no funcionamento escolar foi o objeto de análise. Com isso pretendemos investigar a relevância de uma gestão democrática para o bom funcionamento da escola e para a melhoria da qualidade do ensino, desse modo partiremos da análise de como se estabelece a organização e o funcionamento da administração escolar em uma perspectiva democrática. Do ponto de vista metodológico faremos uma pesquisa de campo, nos respaldando teoricamente nos seguintes autores (LIBÂNEO 2001, VIEIRA 2001, BORDIGNON 2004, CURY 2002), assim como na lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. A relevância deste trabalho está pautada na reflexão da importância da gestão democrática para o ensino, bem como as contribuições dos conceitos de organização e funcionamento escolar. Com o entendimento de que princípios da gestão democrática se firmam com o fortalecimento dos mecanismos de participação das categorias sociais, pressupondo a atuação efetiva dos vários seguimentos que compõe a escola, em todos os aspectos organizacionais, o que percebemos na escola a qual a pesquisa foi realizada foi a uma pouca representação de diferentes categorias, o desinteresse na participação, o que implica na dissociações nas relações da escola com a sociedade.

Palavras- chave: Organização, Diretor, Gestão Democrática.

1. **INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como tema organização e funcionamento escolar: caminhos e desafios para uma gestão democrática, em razão do atual cenário educacional contemporâneo em que as questões de gestão democrática tem sido alvo de grandes discussões, iniciaremos refletindo e questionando quais os desafios e contribuições do mesmo para uma educação de qualidade, em virtude da amplitude da temática não se tem a pretensão de esgotar o assunto em um único artigo. Este estudo se baseia em uma fundamentação teórica, e na elaboração de uma pesquisa de campo, realizada em uma instituição de ensino pública no município de São Miguel-RN, recorrendo a técnica de coletada de dados a aplicação de um questionário, com a finalidade de analisar a organização e o funcionamento da escola, assim como a apercepção do gestor escolar sobre a concepção de gestão democrática.

Entendemos que investigar tal temática se faz fundamental no sentido de se refletir sobre como está se constituindo o campo educacional no setor da administração escolar, qual a implicação que esses caminhos estão tendo para a promoção da qualidade do ensino. Para um melhor compreensão da temática primeiramente iremos conceituar organização e funcionamento escolar, em seguida apresentaremos algumas discussões referente ao conceito de gestão democrática, no terceiro tópico traremos a socialização da pesquisa de campo e por fim as considerações finais.

1. **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR: CONCEITOS ELEMENTARES.**

A escola é vista como uma organização social e cultural que deve garantir a participação dos diferentes segmentos da comunidade para que possa haver concretamente a gestão democrática dos processos administrativos e de ensino, seja nos planejamentos ou de natureza burocrática. Para Libâneo (2001) existem duas concepções de organização da gestão escolar, onde segundo o autor:

[...]No primeiro enfoque, a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente; portanto, pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência [...]O segundo enfoque vê a organização escolar basicamente como um sistema que agrega pessoas, importando bastante à intencionalidade e as interações sociais que acontecem entre elas, o contexto sócio-político etc. (LIBÂNEO, p.01, 2001).

Nessa perspectiva o processo de tomada de decisão administrativa podem se basear seguindo uma visão técnica, ou seguir o caminho que está voltado para não só a burocracia, mas também pelos sujeitos sociais que compõe o setor. Nosso estudo será baseado na concepção de organização escolar apresentado no segundo enfoque por Libâneo, em que vê a organização escolar como uma construção social que envolve os professores, alunos, pais e integrantes da comunidade. Com base nos estudos no Brasil sobre organização escolar, existem várias concepções sobre a mesma, uma das três concepções apresentadas por Libâneo (2001) foi a democrática-participativa que se baseia na interação do diretor com a comunidade escolar:

Atualmente, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos. (LIBÂNEO, p.03,2001)

Segundo Vieira (2001) o funcionamento escolar refere-se a organização do sistema de ensino, seja ela dos membros que à compõe ou estrutural, sendo que para se atingir sucesso no funcionamento escolar seria necessário o compromisso em prol da aprendizagem e assim chegar-se as metas de bom rendimento e funcionamento escolar.

Para uma melhor reflexão sobre a temática pesquisada é necessário conhecer alguns conceitos básicos. Gestão se refere ao gerenciamento, administração, onde existe uma instituição, uma empresa, uma entidade social de pessoas, a ser gerida ou administrada. A gestão escolar se compreendida como processo político-administrativo, se coloca frente ao desafio de refletir sobre as políticas educacionais, de modo que é a mesma que aplica as metas e objetivos traçados pelas políticas educacionais, as transformando assim em ações.

A gestão se estabelece em dimensão dos aspectos de desempenho dos agentes que à constitui, sejam eles os coordenadores, diretor, supervisor, professores, alunos, pais e etc, todos empenhados em garantir a articulação entre as condições para o avanço da qualidade do ensino. Como afirma Cury (2002), gestão "(...) é a geração de um novo modo de administrar uma realidade e é, em si mesma, democrática já que traduz pela comunicação, pelo desenvolvimento coletivo e pelo diálogo". Sendo assim a gestão do sistema de ensino requer a organização jurídica e normativa das instituições por meio da democratização. Bordignon (2004) também enxerga a gestão escolar como um “fazer coletivo”, vindo afirmar que:

Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola. (BORDIGNON, GRACINDO, 2013)

Para uma administração escolar que vise a qualidade é preciso que se tenha o objetivo de organizar e articular todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, ou seja, garantir condições necessárias para que todos tenham acesso à educação. Para Libâneo (2013), a organização e gestão visam:

Prover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento das escolas e do trabalho e sala de aula; b) promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos de aprendizagem; e c) garantir a realização da aprendizagem de todos os alunos. (LIBÂNEO, 2013, p. 88).

Existe uma grande discussão na área educacional sobre Gestão Democrática, que tem por objetivo descentralizar o poder dos gestores e abrir espaço para a participação de todos os envolvidos. Neste intuito partiremos agora para as discussões voltadas para a gestão democrática.

1. **GESTÃO DEMOCRÁTICA: CAMINHOS À SE ALCANÇAR.**

No âmbito educacional a gestão democráticatem sido discutida como perspectiva a ser implementada nas unidades escolares, visando a garantir maiores processos coletivos de participação e decisão. Essa discussão encontra respaldo na Constituição Federal/88, em que estabeleceu os princípios para a educação brasileira, entre eles está a gestão democrática. A Lei de Diretrizes de Base (LDB) também regulamenta e estabelece as concepções de gestão democrática com a lei nº 9.394/96. Bordignon destaca que:

A referida lei define que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica e que essas normas devem, primeiro, estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema e, segundo, garantir a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”, além da “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BORDIGNON, GRACINDO, 2013)

A gestão democrática é definida com os princípios de descentralização, com ela busca-se uma maior integração entre o sistema escolar, a família, a sociedade e comunidade em geral, neste sentido, uma gestão democrática abre possibilidade para que se construa uma escola pública de qualidade, além disso melhora a vivência com a democracia tornando um sujeito crítico e participativo. É com este proposito que Bordignon aponta as mudanças que requer a implementação de uma respectiva gestão democrática:

Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. (BORDIGNON, GRACINDO, 2013)

Para Cury (2009) mesmo com a inserção da Gestão Democrática nas escolas, não se anulou as certas especificidades hierárquicas existentes na escola. Os professores possui um nível além de conhecimentos em relação aos alunos, isso implica a hierarquia de funções (mestre/aluno), mas isso não quer dizer que o aluno não conquiste a função de mestre. De acordo com o autor:

Pelo ao contrário, a relação de conhecimento existente na transmissão pedagógica tem como fim, não a perpetuação da diferença de saberes, mas a parceria entre os sujeitos. Além disso, a relação de conhecimento quanto mais serve (não se esquecer da natureza do serviço público inerente à transmissão de conhecimento) mais se multiplica, ao contrário de uma apropriação privada, mas se socializa. (CURY,2009. p. 205)

A criação da gestão democrática (art. 206, VI da Constituição Federal) e a Criação do Conselho Nacional de Educação (lei 9.131/95), foram grandes avanços da legislação educacional, no qual anulam as gestões autoritárias e privatistas. Para Cury (2009) o maior desafio é “aos sujeitos interessados na educação escolar e sua qualidade será o de encontrar, no interior destes avanços, o caminho consequente e viável de sua efetivação.”

O processo de construção da gestão democrática implica em luta para garantir a autonomia do sistema escolar, seja na participação efetiva nos processos decisórios dos agentes escolares e membros da comunidade ou no financiamento realizado pelo poder público. Para assim haver a realização efetiva da gestão democrática se requer instancias de participação coletiva, como grêmios estudantis e conselhos escolares, assim como a participação escolar na construção do projeto político pedagógico da escola. Autores como Oliveira, Morais e Dourado (2014) destacam a importância do gestor e do conselhos escolar criarem um ambiente que estimule e motive trabalhos em conjunto, que considere todos os seguimentos, para que desta forma haja a participação efetiva das categorias.

As escolas precisam criar mecanismos que garantam a participação dos diversos segmentos escolares no processo de organização e gestão. São diversos os mecanismos necessários para a implementação da gestão democrática, como os conselhos escolares conselhos de pais, grêmios, escolha de diretor, associações de pais e mestres, etc. A seguir iremos destacar os que consideramos como fundamentais para uma gestão democrática, estes são: os conselhos escolares, os grêmios estudantis e o processo de escolha de diretores.

* 1. **Os conselhos escolares**

Os conselhos escolares representam a comunidade escolar, que deve ser composto por todos os segmentos da escola, ou seja, a sua formação deve priorizar a pluralidade, este deve ser formado entre pais, professores, diretores, supervisores, coordenadores, etc. Os conselhos devem se constituir como espaços de discussão, assim o mesmo pode ser de caráter consultivo, onde são chamados a opinar sobre os temas que são relevantes para a escola, podem ser de caráter deliberativo, onde além de discutir eles possuem o poder de decisão, de deliberar leis e normas para o sistema de ensino, ou os conselhos podem ser de caráter de mobilização e controle social, em que se juntam os esforços comuns da sociedade e do governo em prol da melhoria da qualidade da educação.

É importante destacar que os conselhos escolares não devem ser os únicos órgãos de representação, no entanto ele reúne os diversos segmentos da comunidade escolar, e assim se torna um forte instrumento para criar condições para a instauração de processos mais democráticos.

* 1. **Os grêmios estudantis**

O grêmio estudantil foi fundado legalmente pela lei nº 7.398/85, na qual institui que o grêmio é um direito dos estudantes e que o mesmo é independente da direção da escola. Os grêmios estudantis são importantes mecanismos de participação dos estudantes nas decisões e discussões ocorridas na escola. Os grêmios proporciona que o estudantes aprendam a lutar por seus direitos e que saibam se organizarem politicamente. Veiga (1998) destaca a importância dos grêmios em serem "instâncias onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula". Assim em uma instituição que tem como objetivo formar sujeitos críticos, reflexivos e participativos é de fundamental a efetiva existência de grêmios estudantis.

* 1. **Escolha de diretores**

O diretor escolar possui um papel primordial no funcionamento e na organização da escola, e o modo como ocorre as “eleições” para este respectivo cargo diz muito à respeito da instituição de ensino, se a mesma possui de fato uma gestão democrática ou não.

Com relação as formas mais usuais de escolha de diretor nas escolas públicas no Brasil, destacam como sendo se o diretor é livremente indicado pelos poderes públicos, diretor de carreira, diretor aprovado em concurso público, diretor indicado por listas tríplices ou sêxtuplas ou processos mistos e eleição direta para diretor. Na modalidade que diz respeito ao diretor que é indicado pelo poder público na sua grande maioria não se é levado em consideração a competência, mas sim critérios de favorecimento. O diretor de carreira diz respeito ao tempo de serviço, a escolarização entre outros. A modalidade de acesso por concurso público é a contrapartida da indicação pelo poder público, neste caso o ingresso se dá por meio dos méritos intelectuais. O diretor indicado por lista tríplices consiste em consulta à modalidade escolar. E por fim a eleição direta, está é considerada a modalidade mais democrática, é apontada como um canal efetivo de democratização das relações escolares. No Brasil o processo de escolha de diretores é variado, pois cada Estado e município adota uma modalidade.

Na escola pública do município de São Miguel-RN em que foi realizada a pesquisa, o ingresso do atual gestor se deu por meio de indicação, no entanto atualmente a escola possui eleições diretas à cada dois anos, o mesmo já se encontra no cargo à dois mandatos por meio de eleições diretas.

1. **CONHECENDO A PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.**

A gestão democrática vem sendo executada crescentemente nas escolas, um dos objetivos dessa gestão é que se tenha maior participação da comunidade no campo escolar, através dessa participação os sujeitos adquire contato com a escola, no qual garantem maior conhecimento sobre a importância da educação.

Visto que o nosso estudo tem prioridade em investigar o funcionamento e organização da escola em uma perspectiva democrática, realizamos a nossa pesquisa em uma escola municipal localizada no município de São Migue-RN. Para tanto foi realizado um questionário que foi entregue ao diretor da escola.

Primeiramente foi questionado como a escola está estruturada nos seus aspectos físicos, administrativos e organizacionais, segundo o diretor a estrutura física da escola não corresponde as reais necessidades, pois há uma grande demanda de matriculas, que ultrapassa o limite de oferta da escola. Na parte pedagógica a escola oferece condições adequadas que possibilitam uma prática pedagógica dinâmica e inovadora. A escola possui todos os documentos necessários, como o PPP (Projeto Politico Pedagógico) e o Regimento Interno, que tem a finalidade de analisar a prática docente, e desenvolver ações e metas, que ajudem a melhorar as dificuldades existentes na escola.

Portanto, um dos obstáculos do funcionamento da escola é a falta de espaço físico nas salas de aula, como também um espaço para práticas esportivas. A comunidade que se localiza a escola é muito carente e não há incentivo da família, de acordo com o diretor.

A educação em seu contexto geral enfrenta diversos obstáculos, em nossa realidade escolar destacamos a falta de acompanhamento familiar de uma parcela expressiva de nossos alunos, fator esse que colabora diretamente para o fracasso escolar, abandono e evasão.(DIRETOR, 2016)

Há várias práticas e ações que contribuem para a gestão democrática, a fim de conhecer melhor como estão sendo desenvolvidas essas práticas e ações em uma escola do nosso munícipio, fizemos um questionamento referente a essa perspectiva. E uma das ações que é essencial para a gestão democrática, e a escolha do gestor escolar. Nas escolas do munícipio de São Miguel essa escolha é feita a cada dois anos com eleições diretas, onde participam todos os alunos maiores de 14 anos, pais e funcionários, a escola cria uma comissão que fica responsável de organizar e desenvolver todo o processo eleitoral para a escolha do gestor. Atualmente na maioria das escolas do nosso munícipio foram formadas apenas chapas únicas para concorrer ao processo.

De acordo com o diretor, além do processo de escolha para o gestor escolar, a instituição conta com a atuação de conselhos escolares no qual participam representantes de vários segmentos da escola, e da comunidade que participa ativamente nas decisões e nas normas de comportamentos exigidas pelo Regimento Interno Escolar. O maior desafio que a escola enfrenta, segundo o diretor.

O maior desafio da escola neste sentido é de garantir voluntariamente uma atuação familiar que venha de encontro a suprir com maior participação de alunos e pais de alunos, pois na maioria das vezes poucos mostram interesse em compor os conselhos escolares não participam de forma efetiva como gostaríamos da vida estudantil dos próprios filhos.(DIRETOR, 2016)

Percebemos que o diretor possui conhecimento sobre gestão democrática e que em sua prática exerce de forma possível todas as ações que contribuem para essa gestão, a participação entre sociedade e escola é uma das metas de sua gestão, ou seja, a escola sempre está disponível para receber a comunidade, e contam também com auxílios para garantir que as crianças e jovens tenham um acompanhamento que precisem da escola e familiares.

A nosso ver, a falta de interesse da comunidade em participar da escola é muito frequente, os sujeitos ainda estão se adaptando a esses novos processos. Essa pouca participação prejudica a educação, pois precisa que a comunidade reflita sobre o que é necessário para melhorar a qualidade do ensino. Além disso, analisamos que também existe falta de interesse dos profissionais da educação em concorrer para a gestão escolar, na maioria das vezes são formadas apenas chapas únicas. Acreditamos que esse desinteresse seja um fator cultural de algumas comunidades que não tem a prática de participar ativamente. É preciso que em sua formação, o sujeito seja incentivado a participar de todos os meios de participação da sociedade.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante a importância em que a gestão democrática possui para a escola, seja em seus aspectos organizacionais, ou nas implicações e possibilidades nos cenários educacional que ela propõe, percebemos as necessidades de se ressaltar esse tema, já que no decorrer do estudo ficou evidente a importância para o ensino, a formação crítica dos sujeitos. Contudo, é evidente também as fragilidades que envolvem o processo para que se possa haver efetivamente a democratização. Entre os obstáculos para a sua implementação observamos a relutância das categorias sociais em participarem ativamente dos conselhos de educação, possivelmente isso ocorre por um contexto histórico que não enxerga a necessidade e a importância de tal atuação e também por falta de incentivo da escola em fazer com que a gestão democrática se concretize. O que ocorre muitas vezes é que a gestão democrática é recebida pelos gestores como algo forçado, já que a Lei de Diretrizes de Base estabelece os princípios que orientam o ensino, e a mesma determina que um dos princípios básicos é a gestão democrática.

O contexto histórico de autoritarismo no Brasil ainda aparece fortemente nos contextos escolares, gerando barreiras para a implementação efetiva da gestão democrática, pois não permite distinguir os benefícios que a mesma proporciona, como a melhoria da qualidade do ensino, já que implica diretamente no planejamento pedagógica dos processos educacionais, na criação de um currículo pautado na realidade local, na maior agregação dos agentes da escola, no apoio das famílias e da comunidade em geral para a escola, e o principal que é a formação de sujeitos críticos, politicamente formados, conscientes de seus direitos e deveres mediante a sociedade.

A gestão democrática se pauta no aprendizado, na consciência da participação efetiva, por meio da convivência e do respeito as diferenças, a favor da construção de espaços de discussão e dos propósitos coletivos. A concretização da gestão democrática vem a promover ações coletivas, resultado da participação de todos, quebrando a hierarquia presente na gestão escolar e é só por meio da coletividade se extinguirá a histórica gestão autoritária.

Toda e qualquer gestão escolar se configura como um ato político, as atividades realizadas partem dos atores, dos agentes escolares, que constantemente tomam decisões, sendo assim a gestão escolar não pode se configurar com neutralidade. As ações realizadas indicam o sentido e a perspectiva da gestão, pois são elas que determinam e mostram os interesses e o compromisso da escola referente aos rumos e objetivos que a mesma deseja atingir. O processo de escolha do diretor, seja por concurso público, indicação política ou por eleições tem vindo a contribuir para se repensar quais são os mecanismos que escola está tomando para promover os princípios que norteiam a democratização, qual o papel do diretor neste processo, sem deixar de ressaltar a importância que os conselhos educacionais possuem mediante esse contexto e os meios de participação em geral.

Concluímos então que a gestão democrática se firma com o fortalecimento dos mecanismos de participação dos segmentos sociais, assim se tem a necessidade do gestor da escola ter a consciência da importância desses valores e promova ações de incentivo para que haja uma maior participação dos membros. Na escola em que realizamos a pesquisa o gestor da escola ressaltou sua compressão sobre a gestão democrática, salienta a necessidade da participação da comunidade nas decisões e nas práticas democráticas da escola, porém não é um caminho fácil a seguir, pois não há uma extrema dificuldade da comunidade em geral em participar dos Conselhos Escolares e dos pais até mesmo participarem da vida estudantil de seus filhos, o que nos leva a refletir sobre quais medidas a escola está tomando para haver essa aproximação da comunidade com a escola, quais instancias estão sendo viabilizadas, para se quebrar esse modelo tradicional? A legislação ampara a gestão democrática, mas cabe a escola transformar o seu modo de administrar, promover o diálogo, e não apenas justificar a não participação pela falta de interesse da comunidade.

**REFERÊNCIAS:**

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. São Paulo, Heccus, 2013. Disponível em <[**http://www.pedagogia.com.br/artigos/definicogestaoescolar/index.php?pagina=1**](http://www.pedagogia.com.br/artigos/definicogestaoescolar/index.php?pagina=1)**>** Acesso em 20 de nov. de 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da educação básica.** – Fortaleza:

Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001. 144 P.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vilhaes. Gestão da educação: o município e a escola. Entrevista UNDIME, Junho de 2013. Disponivel em; <https://genuinobordignon.wordpress.com/2013/06/11/gestao-da-educacao-o-municipio-e-a-escola/>. Acesso em 20 de nov. de 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Conselho Nacional da Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org). **Gestão Democrática da Educação.** 9. ed.- Petrópolis ,RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA. João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.**- Goiás. P.01-13, 2014.